



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8188 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política da Educação Superior

O Papel do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na Política de Educação Superior Brasileira

Thiago de Jesus Esteves -

José dos Santos Souza - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Agência e/ou Instituição Financiadora: Nenhuma

O Papel do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na Política de educação superior brasileira

Introdução

Este trabalho trata das transformações vividas pelo INEP que o conduziram a assumir novo papel no planejamento e gestão dos sistemas de ensino. Estas mudanças determinaram um novo papel a este aparelho de Estado, conferindo-lhe a responsabilidade pela formulação e gestão de sistemas de informação e avaliação em larga escala da educação superior brasileira.

Criado pela Lei nº 378/1937, o INEP tinha originalmente a função de realizar pesquisas acerca de problemas relacionados ao ensino e seus diferentes aspectos (BRASIL, 1937). Entretanto, ao longo da história, passou por inúmeras mudanças, até assumir sua atual configuração, decorrente da Lei nº 9.448/1997 (BRASIL, 1997). Tantas mudanças ao longo de sua história sempre tiveram como propósito atender os interesses do grande capital.

No mundo contemporâneo, as mudanças estruturais e superestruturas no desenvolvimento do capital, carregam em si inúmeras contradições decorrentes de rupturas e conservações no mundo do trabalho, da produção e das relações de poder, o que materializa verdadeira recomposição burguesa em busca de retomada de suas bases de acumulação corroídas pela crise orgânica do capital (SOUZA, 2015).

O limiar da década de 1970 é o prelúdio da crise orgânica do capital expressa pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento rígido do capital, de base taylorista-fordista, combinado com um modo de regulação social keynesiano, e a sua substituição pelo modelo de desenvolvimento enxuto e flexível, de base toyotista, combinado com um modo de regulação social neoliberal. Tal deslocamento apresenta reflexos em diferentes aspectos da vida social, inclusive, no campo político e educacional (SOUZA, 2015).

O objetivo deste trabalho é explicitar o processo que conduziu o INEP à função estratégica de mentor intelectual da pedagogia política renovadas do capital que pretende educar as instituições de ensino superior e seus profissionais para o consenso em torno da

concepção mercantil de educação, ensino, currículo e gestão educacional.

Metodologia

Partindo do pressuposto de que o campo educacional é um espaço de disputa entre as distintas frações da classe dominante, utilizamos como referência analítica o materialismo histórico e dialético. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisas de tipo documental, embora também tenha utilizado entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. A análise se propõe a uma compreensão dos fenômenos sociais que determinaram a condução do INEP a órgão central na reforma gerencial no campo educacional brasileiro.

Como recorte temporal estabelecemos o período de 1995 a 2016, que compreende os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula e Dilma Rousseff. A opção por este recorte temporal se deve ao fato de este período coincidir com o da implementação da reforma gerencial do Estado brasileiro cuja estruturação se deu no governo FHC (1995-2002), e sua consolidação e aprofundamento nos governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Discussão

O campo educacional, especialmente a educação superior, constitui área estratégica para a construção e manutenção da hegemonia burguesa. Por isso seu controle pelos aparelhos de Estado é fundamental (GRAMSCI, 1991; GRAMSCI, 2016). Neste aspecto, os organismos internacionais, enquanto aparelhos de Estado supranacional, são mobilizados para atender as necessidades de recomposição burguesa diante da crise orgânica do capital. Seu papel é contribuir para a construção do consenso em torno de medidas renovadas de mediação do conflito de classes e para de mudanças estruturais para a retomada das bases de acumulação do capital. passam a se articular, atuando para que o governo brasileiro promovesse uma série de reformas legais, curriculares e político-pedagógicas no campo educacional brasileiro.

Tais reformas contribuem para o que Ramos (2006) classifica como institucionalização de sistemas de competência, que ocorre por meio da implementação por diversos sujeitos de ações concretas baseadas nesta ideologia. Tal institucionalização vem ocorrendo mais expressivamente a partir das reformas no sistema educativo que implicam o crescimento e diversificação da oferta de educação escolar, e que se materializam na forma como a pedagogia das competências tem reorganizado a gestão do trabalho.

A importância que as avaliações educacionais em larga escala vêm adquirindo ao longo do tempo têm levado algumas Instituições de Ensino Superior, em especial as privadas, a substituir o conteúdo de disciplinas pela preparação para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), orientando os professores a elaborar aulas e material de apoio afinados com os requisitos dessas avaliações.

Conclusões

A condução do INEP a aparelho de Estado com função de conduzir a pedagogia política do capital para manutenção do consenso em torno de determinado modelo de gestão na educação superior, afinado com o ideário da *“Nova Gestão Pública”*, de matiz neoliberal mediada pela Terceira Via, consiste em um aspecto da reforma gerencial do Estado brasileiro.

A reestruturação do INEP afina-se com as orientações dos organismos internacionais para a gestão educacional que influenciaram na reforma do campo educacional brasileiro. Tais alterações levaram o INEP à condição de órgão estratégico para a recomposição

burguesa no campo educacional e, nesse sentido, esta autarquia federal passou a desempenhar as seguintes atribuições: a de formador de quadros e a de difusor da pedagogia política do capital. Assim, passou a gerenciar os sistemas de informação e estatísticas educacionais, a promover avaliações educacionais em larga escala, a propagar a pedagogia política do capital orientada pela perspectiva da *accountability* e fundamentada na pedagogia das competências, de modo a atuar como aparelho de Estado e, ao mesmo tempo, como mediador do conflito de classes no campo educacional, contribuindo para a conformação ética e moral da classe trabalhadora ao modelo de desenvolvimento flexível do capital e suas demandas de formação e qualificação profissional. Tais funções levariam à formação do trabalhador de novo tipo flexível e enxuta, de modo a atender as demandas de produtividade e competitividade das empresas combinado com medidas para desonerar o erário público com financiamento de políticas públicas em formação humana em benefício do grande capital.

Palavras-chave: Reforma Gerencial. Educação Superior. INEP. Avaliação Educacional. Aparelho de Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro (DF): 1937. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>. Acesso em 19/08/2020.

BRASIL. **Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997.** Transforma o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -INEP em Autarquia Federal, e dá outras providências. Brasília (DF):1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9448.htm. Acesso em: 19/08/2020.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 244 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Volume 3: Maquiavel. notas sobre o Estado e a política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 431 p.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das Competências:** autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez Editora, 2006. 320 p.

SOUZA, José dos Santos. A formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, p. 273-290, julho/dezembro de 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2317>, acesso em 19/08/2020.